

# Quatroanistas, omissos, perdem sem tentar resistir



O suspense mantido durante 8 horas acabou com a retirada do artigo, comemorada com dança pelos índios

## Acordo dá vitória a índios que terão terras garantidas

Depois de quase oito horas de reunião, as lideranças partidárias fecharam acordo sobre o capítulo dos Índios. Os representantes de 35 nações indígenas, que se concentraram durante todo o dia no Congresso Nacional, homenagearam a Constituinte com uma dança ao saberem que os líderes haviam concordado em suprimir o artigo 271, que excluía os índios "aculturados" de todos os direitos previstos no texto constitucional.

O acordo só saiu no início da noite de ontem e alguns constituintes, como o deputado Roberto Freire (PCB-PE) e Amaury Müller (PDT-RS), não sabiam precisar se chegariam ou não a um consenso. Para surpresa da ala progressista, que durante toda a semana passada adiou a negociação para evitar a votação do mandato do presidente José Sarney, a reunião de ontem começou com um verdadeiro impasse político. Os dois acordos que já haviam sido firmados foram retirados da mesa de negociação e a cada instante a discussão mudava de rumo.

### Beneficiários

A principal divergência surgiu em relação ao parágrafo que torna nulos e extintos os atos de ocupação, domínio e posse das terras indígenas. Isso significa que não serão reconhecidas, após a promulgação da futura constituição, as áreas indígenas que estiverem sendo ocupadas por posseiros. Mesmo que por período de mais de dez anos, sejam devolvidas para a tribo de origem.

O Centrão, no entanto, não aceitava essa "desapropriação" e sugeriu que fosse criado um

critério de indenização das benfeitorias. Nesse instante, a negociação recuou totalmente para viabilizar o acordo, fazendo valer sua proposta, os representantes do Centrão — deputado José Lins (PFL-CE) e Bonifácio Andrade (PDS-MG) — acabaram acatando a proposta de supressão do artigo 271.

No texto do acordo, que deverá ser votado hoje à tarde são reconhecidos os direitos originários dos índios sobre as terras que eles tradicionalmente ocupam, competindo à União a sua demarcação. Assim, fica excluído do texto constitucional o dispositivo que limitava em cinco anos após a promulgação da futura Constituição o prazo para a demarcação dessas áreas. O aproveitamento dos recursos hídricos e energéticos e a pesquisa e lavra das riquezas minerais só serão permitidas em áreas indígenas com a autorização do Congresso Nacional, desde que cuidadas as comunidades afetadas que terão direito a participação nos lucros.

A falta de um acordo — pela manhã — para o capítulo do Índio fez com que a sessão da Assembleia Nacional Constituinte terminasse ontem sem nenhuma votação, nem mesmo a que ocorre normalmente quando algum parlamentar pede a verificação de quórum. A Mesa da Assembleia, que foi presidida por vários de seus integrantes, à exceção do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), protelou uma verificação até que se encerrassem o prazo regimental para o início de qualquer votação, que é de quatro horas.

## Ulysses prevê Carta em julho

O deputado Ulysses Guimarães disse ao novo Cardeal brasileiro, D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, que quer a Constituição pronta até dia 10 de julho. Na visita de 25 minutos que fez ontem a dom José Freire Falcão, para cumprimentá-lo, Ulysses lamentou que seus compromissos políticos na Constituinte o impeçam de ir a Roma, em 29 de junho, participar do consistório convocado pelo Papa, solenidade onde os bispos recebem o chapéu cardinalício.

Ulysses explicou a dom Falcão que, assim que a Constituinte definir o mandato do presidente José Sarney, os trabalhos deverão

deslanchar. O deputado espera que a questão seja decidida hoje ou amanhã. Como presidente do PMDB, Ulysses aguarda que, adotados quatro ou cinco anos para Sarney, os dissidentes do partido resolvam ficar e desistam da criação de uma nova sigla.

O Cardeal perguntou ao presidente da Constituinte se as eleições municipais não vão ser adiadas. Dom Falcão explicou que sua preocupação era com sua terra natal, Ereré, no município de Pereiro, Ceará. Ulysses respondeu com convicção: "Não, elas ocorrerão na data prevista, 15 de novembro".

## Waldir pede saída do deputado

Salvador — O governador da Bahia, Waldir Pires, defendeu ontem, em Salvador, a substituição do deputado Ulysses Guimarães no comando do PMDB, ressen-tido pelo fato de a direção nacional do partido, em nenhum momento, até agora, ter protestado contra as retaliações que o Governo Federal vem promovendo contra a Bahia, pelo fato de ele ser favorável a um mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Waldir Pires acha que deve haver uma "mudança radical" no comando do partido. "Creio que devemos mudar na Convenção Nacional que será realizada após a promulgação da nova Constituição, inclusive o presidente,

apesar do respeito que tenho e a representatividade do deputado Ulysses Guimarães".

O governador baiano disse que o mandato de quatro anos que defende "corresponde à linha do partido, coerente com sua história de luta contra o autoritarismo e pela democracia". Acrescentou que "a Bahia toma suas decisões sentada na sua dignidade" e frisou que as retaliações praticadas pelo presidente Sarney "são inaceitáveis".

As declarações de Waldir Pires repercutiram como um complemento das críticas feitas no fim da semana passada, na Bahia, pelo ex-governador do Rio, Leonel Brizola, na convenção estadual do PDT.

## Governadores têm data para direcionar PMDB

Os governadores do PMDB deverão reunir-se 72 horas depois de a Constituinte ter votado o mandato do presidente José Sarney para discutir os rumos do partido diante dessa decisão. A informação, transmitida pelo governador do Rio, Moreira Franco, ao deputado Márcio Braga (PMDB-RJ), foi repassada ontem ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pelo próprio parlamentar fluminense, que negocia a permanência dos dissidentes do partido.

Em nome do chamado "Novo PMDB", grupo que reúne cerca

## Sarney apóia eleições nos municípios

O presidente José Sarney é contra o adiamento das eleições municipais e etende que elas "são irreversíveis". Isso, ele disse ontem ao governador do Paraná, Alvaro Dias, com quem conversou, especialmente, sobre a necessidade de reformulação do PMDB que, unificado em torno de um novo programa partidário, lhe dê a sustentação política necessária, após a conclusão da Assembleia Nacional Constituinte.

O presidente da República, segundo Alvaro Dias, acha que a regularização do calendário eleitoral é uma necessidade, "já que não podemos sustentar eleição anualmente", mas entende que essa regularização "não pode se dar à custa da prorrogação do mandato".

O presidente Sarney, na conversa que teve com o governador do Paraná, argumentou que a regularização do calendário eleitoral se dá, isso sim, através da redução dos mandatos, nunca de prorrogação. Ele e o governador consideraram as eleições municipais "irreversíveis", porque "não há como alterar o que está posto", concluiu Alvaro Dias.

## Senado vota hoje o projeto eleitoral

O Senado vota hoje, às 10h00, substitutivo ao projeto de lei aprovado na Câmara que regulamenta as eleições municipais de 15 de novembro deste ano, segundo foi decidido ontem pelos líderes dos partidos naquela Casa.

O substitutivo do relator José Fogaça (PMDB-ES) introduz 12 alterações no projeto original, todas elas previamente acolhidas pelas lideranças partidárias.

A principal mudança proíbe as contratações de servidores públicos em todos os níveis — federal, estadual e municipal — a partir da promulgação da lei e impede as demissões de funcionários municipais desta data até o término do mandato dos atuais prefeitos. O projeto da Câmara vetava as demissões e contratações, em todos os níveis, nove meses antes do pleito.

Outra alteração importante é a que proíbe os municípios criados após o dia 15 de julho de realizarem eleições este ano.

O relatório do senador Fogaça mantém a obrigatoriedade dos dois turnos para as eleições nos municípios com mais de 200 mil eleitores, assim como foi aprovado pela Constituinte. Se o dispositivo for suprimido pelos constituintes, no segundo turno de votação do texto constitucional, as lideranças já se comprometeram a retirar também do projeto de lei os dois turnos.

### Proibições

Segundo a proposta do relator, fica também proibida a "boca-de-urna" e a propaganda eleitoral em prédios públicos, táxis e out-door, salvo em locais públicos desde que o espaço seja dividido igualmente entre todos os partidos. Também será proibida a propaganda eleitoral no dia do pleito através de faixas, cartazes ou dísticos nos vestuários bem como qualquer forma de aliciamento.

O substitutivo a ser votado hoje mantém o acesso dos partidos sem representação no Congresso ao rádio e à televisão, durante no máximo 30 segundos por dia, mas prevê que nas coligações ao invés do tempo mínimo mais 50% — como era previsto pelo projeto da Câmara — seja usado o tempo de um partido mais 50%. Isto significa que numa coligação de dois partidos sejam reservados até seis minutos quando eram estipulados até três. "O novo dispositivo praticamente dobra o tempo a ser utilizado pelas coligações", acrescentou o relator da matéria.

José Fogaça suprimiu ainda o artigo que permitia o diretório regional dissolver o diretório municipal podendo inclusive criar um órgão provisório e substituir o candidato já escolhido pela convenção.

### Andrei Meireles

A duração do mandato do presidente José Sarney — questão polêmica que centralizou durante quase um ano e meio os trabalhos da Constituinte — parece ter se transformado numa Batalha de Itararé. Os partidários dos cinco anos, certos da vitória, mantêm-se mobilizados por receio do imprevisível. Mas seus adversários já jogaram a toalha: não há estratégia alguma dos defensores dos quatro anos para atrair novos adeptos ou para a suposta luta em plenário. Ao contrário, as principais lideranças quatroanistas na Constituinte estão mais preocupadas em viabilizar um novo partido e uma eventual e improvável vitória dos quatro anos simplesmente atrapalharia os seus planos políticos.

Por dever de ofício, algumas lideranças do PMDB e principalmente as dos pequenos partidos progressistas vão tentar "valorizar a derrota", recorrendo a discursos, questões de ordem e outros artificios em plenário mais para desgastar seus adversários do que por qualquer perspectiva de vitória. Nenhuma liderança na Constituinte assume de público essa postura pragmática, mas todas trabalham com ela, principalmente as diversas estrelas do PMDB que estão se desligando do partido, como os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa. Em especial, porque, na hipótese de uma vitória dos quatro anos, perderiam justificativa para a mudança partidária.

## Planalto quer votação logo

O presidente José Sarney não quer — e disse isso ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte — que a votação do seu mandato seja feita durante sua viagem aos Estados Unidos, entre os dias cinco e oito deste mês.

Sarney reuniu novamente ontem, no Palácio do Planalto, os integrantes do "conselho político" — ministros e lideranças do Governo na Câmara e no Senado — e reafirmou a disposição de luta para que a Constituinte defina o seu mandato ainda nesta semana.

O presidente da República recebeu durante a reunião do "conselho político", do seu líder na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, a última avaliação sobre a tendência da Constituinte, em relação ao seu mandato: o número citado foi de 330 votos, ou mais para os cinco anos.

O ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, observou que nos últimos dias o Governo tem feito dezenas de reuniões para avaliar o momento nacional e, principalmente, as decisões da Constituinte, que o presidente José Sarney acompanha com especial interesse.

Segundo o ministro Ronaldo Costa Couto, "o importante é convencer os constituintes de que essa decisão (cinco anos) interessa ao Brasil e aos brasileiros, porque é o tempo que precisamos para completar a transição democrática,

## As diretas caem pela 2ª vez

Se conseguir o mandato de cinco anos, conforme acreditam seus auxiliares, o presidente José Sarney terá derrotado, pela segunda vez, nos últimos quatro anos, o movimento nacional em favor das diretas-já.

Essa foi a observação que fez, ontem, ao JBR, o ex-ministro das Minas e Energia, no governo do general João Batista Figueiredo, César Cals.

Lembrou Cals que em abril de 1984, no auge da campanha das diretas-já, era presidente do PDS o então senador José Sarney. Naquela oportunidade, para esvaziar o ímpeto da campanha, o PDS aconselhou o presidente Figueiredo a patrocinar uma emenda constitucional que restabelecesse o pleito direto em 1988, o que implicava, portanto, a redução do mandato do sucessor do chefe do Governo.

Com os aplausos do PDS, essa emenda foi enviada ao Congresso quase ao mesmo tempo em que a proposta das diretas-já, do então deputado Dante de Oliveira (PMDB-MS), hoje prefeito de Campo Grande e ex-ministro da Reforma Agrária, era submetida à votação, no Legislativo. Embora obtivesse maioria de votos, na Câmara, a emenda foi rejeitada, por falta de quórum. O próprio PDS, no entanto, manobrou para que votassem, no plenário, contra a iniciativa diretista, naquela oportunidade, parlamentares pedessistas em número suficiente que inviabilizasse, regimentalmente, a reapresentação de qualquer nova emenda congressual pré-diretas, durante o ano de 84.

Ao ser enviada a mensagem do general Figueiredo, para as diretas

## Henrique já admite a derrota

São Paulo — A batalha sobre o mandato do presidente José Sarney ainda será definida nas próximas horas, mas o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado e um dos principais cruzados da ala defensora dos 4 anos já reconhece a derrota e prevê que a vitória dos 5 anos,

"A probabilidade é deles mesmo", admitiu desolado, ontem, Fernando Henrique Cardoso, ao término de uma conferência de

### Sem fundamento

Em todos os títulos da nova Constituição, a liderança do PMDB na Constituinte iniciou previamente sua discussão e negociação com os dirigentes do Centrão. Até agora, ninguém sentou à mesa para buscar pontos de entendimento em relação às Disposições Transitórias. E nada foi conversado sobre a duração do mandato presidencial.

Da parte do Planalto, essa decisão está sendo encarada como a principal batalha da Constituinte. Desde as possíveis questões regimentais que possam ser levantadas, detidamente apreciadas uma a uma pelo principal especialista do Governo nessa área, o subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, até a checagem do voto de toda a bancada governista e o trabalho de mantê-la integralmente em Brasília para a votação.

O receio que chegou a ser manifestado por alguns dos conselheiros do presidente Sarney de que o silêncio e a suposta omissão dos quatroanistas poderia encobrir uma estratégia sigilosa parece não ter fundamento algum. Realmente, não há estratégia com o objetivo de aprovar a realização de eleições ainda este ano em execução. E nem há mais interesse dos dissidentes do PMDB desde que optaram por um novo partido, apesar de todos eles ainda considerarem a duração do mandato presidencial um divisor de águas, o limite que separa a permanência no partido e o desligamento para a criação de um novo.

## Consciência

Nesse trabalho de convencimento, no entanto, "o Governo argumenta e exerce seu poder de persuasão, segundo aquilo que acredita ser melhor para o País". Mas cada constituinte, ressaltou o ministro do Gabinete Civil, "vota de acordo com a sua consciência".

E também na dependência da vontade dos constituintes que o ministro coloca a oportunidade de votação do mandato do presidente José Sarney, embora afirme que "a expectativa do Governo é de que a votação ocorrerá nesta semana".

Ronaldo Costa confirmou a informação de que "o presidente José Sarney expressou o seu pensamento ao doutor Ulysses Guimarães", de que não deseja que o seu mandato seja definido na sua ausência: "É um tema que o atinge diretamente, e é natural que ele queira estar presente".

O deputado Aécio Neves, do PMDB de Minas Gerais, foi o único que não compareceu ao Palácio da Alvorada, na audiência concedida pelo presidente José Sarney a 94 constituintes, no início desse mês que passou. "Aécio", esteve ontem no Palácio do Planalto.



Ulysses busca um acordo amplo

## Esvaziamento após mandato preocupa

O atraso na votação do mandato presidencial não tem nada a ver com uma possível manobra a favor dos quatro anos, já que os cinco estariam praticamente garantidos, mas sim com o cuidado que estaria tendo o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) de evitar o esvaziamento na votação das Disposições Transitórias após a definição do mandato presidencial. Esse cuidado estaria apontando para a necessidade de se fechar um consistente acordo para as votações que se seguirem ao mandato, de modo a não inviabilizar ou atrasar demais o término da Constituinte por falta de quórum.

A questão, colocada ontem pelo deputado Jyrme Santana (PFL-MA), que é favorável ao mandato de quatro anos para o presidente Sarney, é atestada por outros parlamentares, como o senador José Fogaça (PMDB-RS), que chegou a prever atraso de 10 dias na votação do mandato, mas provocou contestações de outros setores. O vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), diz que esse raciocínio se harmoniza com os setores que desejam que o presidente Sarney viaje para os EUA ainda sem o mandato definido, mas contesta que Ulysses possa se valer dessa preocupação para atrasar a votação.

### "Benesses"

"A maioria quer a votação imediata do mandato — protesta Inocêncio — e o presidente da Constituinte tem que acatar o Regimento, colocando logo o assunto em votação". Mas não são apenas os cincoanistas que rejeitam a hipótese de uma negociação prévia das Disposições Transitórias. O vice-líder José Genoino (SP), do PT, por exemplo, acha que essa negociação prévia é simplesmente impossível, porque as Disposições Transitórias incluem assuntos totalmente distintos. "É impossível — diz ele — se chegar a qualquer acordo, porque todos os assuntos são autônomos". Genoino acha impossível também atrasar o início da votação, porque, segundo ele, há muitos interesses em torno das Disposições Transitórias, inclusive fisiológicos.

Inocêncio Oliveira critica o deputado Ulysses Guimarães, que a seu ver é o único que tem obtido "benesses" da Constituinte, enquanto os demais parlamentares, no seu entendimento, arcam com todos os desgastes.

## Para governistas, amanhã é o dia "D"

A Constituinte decidirá amanhã a questão da duração do mandato do presidente Sarney.

Esta, ao menos, foi a informação que o Palácio do Planalto recebeu ontem à tarde das suas lideranças parlamentares.

O dia de hoje deverá ser consumido pela votação do capítulo referente aos índios, o último da parte permanente da futura Constituição.

A seguir, será a vez das Disposições Gerais e Transitórias, onde, logo no início, está o artigo que trata do mandato presidencial.

O projeto que veio da Comissão de Sistematização estabelece, em seu artigo 4º (o 2º e o 3º estão prejudicados por tratarem da transição para o parlamentarismo, que afinal não foi aprovado), que o mandato do atual presidente terminará no dia 15 de março de 1989 — mandato de quatro anos, portanto.

O substitutivo oferecido pelo Centrão para o conjunto das Disposições Gerais e Transitórias preferiu passar por cima do assunto, por que não havia consenso entre os integrantes daquele movimento. Se prevalecesse esse texto do Centrão, o mandato do presidente Sarney seria de seis anos, porque essa é a duração estabelecida pela Constituição vigente.

Há, porém, cerca de 30 pedidos de destaques para votação de outras tantas emendas, todas tratando do assunto. A principal delas é em torno da qual se mobiliza o Governo e a do deputado Mathus Iensen (PMDB-RS). Apresentada com o apoio de 316 constituintes, ela tem preferência automática. Será a primeira a ser votada.

Essa emenda diz que a primeira eleição presidencial, após a promulgação da Constituição, será realizada no dia 15 de novembro de 1989, com o que o atual mandato passaria a ser de cinco anos.

Outras duas emendas — de Basílio Vilani (PMDB-PR) e José Teixeira (PFL-MA) — também dão cinco anos para o presidente Sarney. Há ainda outras 14 emendas determinando a realização de eleições gerais, de vereador a presidente da República, cinco das quais a favor dos cinco anos.